

CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAL E TEÓRICA DE MILTON SANTOS PARA O ESTUDO DAS PEQUENAS CIDADES

Gil Carlos Silveira Porto ¹
Matheus Nadur dos Santos ²

RESUMO

O estudo das cidades pequenas vem ganhando espaço na agenda de pesquisa da Geografia Urbana brasileira nas últimas duas décadas. Embora não haja um conceito geográfico que dê conta de abrigar a complexa realidade dessas frações espaciais particulares do processo de urbanização, muitas investigações realizadas e trabalhos publicados têm contribuído para explicar as dinâmicas sociais, políticas e econômicas desses centros locais. Buscamos neste escrito apresentar possibilidades de explicar a realidade desses núcleos urbanos a partir de noções e conceitos propostos e/ou atualizados pelo geógrafo baiano Milton Santos. A discussão desenvolvida foi concluída graças à revisão de literatura e trabalho de campo realizado em cidades pequenas localizadas nos estados de Minas Gerais, Bahia e Alagoas. Considera-se que o universo conceitual de Milton Santos, sua operacionalização, e a Geografia Nova por ele proposta permitem interpretar diferentes objetos, ações e sujeitos que usam o território desses núcleos urbanos, entre eles as feiras livres.

Palavras-chave: Espaço geográfico, Território usado, Universo Conceitual, Geografia Nova, Feiras livres.

ABSTRACT

The study of small cities has been increasingly gaining prominence in the research agenda of Brazilian Urban Geography over the past two decades. Although there is no geographical concept that fully encompasses the complex reality of these unique spatial fractions of the urbanization process, numerous investigations conducted and papers published have contributed to explaining the social, political, and economic dynamics of these local centers. In this paper, we aim to present possibilities for explaining the reality of these urban nuclei based on notions and concepts proposed and/or updated by the Brazilian geographer Milton Santos. The discussion developed was concluded thanks to the literature review and fieldwork conducted in small cities located in the Brazilian states of Minas Gerais, Bahia, and Alagoas. It is considered that Milton Santos' conceptual universe, its operationalization, and the New Geography proposed by him allow the interpretation of different objects, actions, and subjects that use the territory of these urban nuclei, among them the open-air markets.

Keywords: Geographic Space, Used Territory, Conceptual Universe, New Geography, Open-air markets.

¹ Docente do Curso de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG; gil.porto@unifal-mg.edu.br;

² Aluno especial do curso de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – Unifal-MG; matheus.nadur@sou.unifal-mg.edu.br;

O universo conceitual de Milton Santos continua sendo utilizado como suporte para a produção geográfica brasileira mesmo passados mais de vinte anos após o seu passamento. Além de categorias propostos ou atualizados pelo geógrafo baiano, teorias por ele elaboradas e sua contribuição no campo metodológico e epistemológico têm servido de orientação na produção do conhecimento das Ciências Humanas em geral e da Geografia em particular.

Identificamos diferentes possibilidades de interpretação da realidade socioespacial das cidades pequenas a partir de categorias e conceitos discutidos pelo geógrafo baiano. Para o presente escrito, propomos discutir as categorias/conceitos *espaço geográfico*, *paisagem*, *configuração territorial*, *uso do território*, *formação socioespacial*, *rugosidades espaciais*, *verticalidades e horizontalidades* e a teoria dos *dois circuitos da economia urbana*.

Quanto às cidades pequenas, não há consenso entre os que as estudam sobre sua definição e conceito. De uma forma geral, podem ser interpretadas como uma fração espacial particular do processo de urbanização e como objetos geográficos que se relacionam com o campo de uma maneira particular e com cidades de tamanho variados situadas no seu entorno ou a centenas e milhares de quilômetros. As *cidades locais* são também formadas por objetos, sujeitos e ações que interagem a todo tempo, produzindo dinâmicas econômicas, populacionais, culturais e políticas particulares.

Desse modo, o objetivo primordial deste escrito é discutir de que maneira o universo conceitual de Milton Santos, ou pelo menos uma pequena parte dele, pode auxiliar geógrafos e geógrafas no estudo das pequenas cidades de maneira a interpretá-las a partir da Geografia. Ou seja, buscaremos revisitar os conceitos selecionados e em seguida operacionalizá-los considerando dinâmicas espaciais desses núcleos urbanos que integram o processo de urbanização em todas as regiões da formação socioespacial brasileira.

Como justificativa para a nossa pesquisa destacamos a urbanização crescente do Brasil desde a segunda metade do século XX, a integração cada vez mais robusta das pequenas cidades nacionais ao meio técnico-científico-informacional nacional e internacional e a importância e a contribuição de Milton Santos para o avanço da Geografia e do pensamento geográfico brasileiro desde a década de 1970.

Buscamos de uma forma geral revisitar o pensamento de Milton Santos e lançar luz sobre a realidade de cidades de pequeno porte, tendo como ponto de partida pequenas localidades sul-mineiras. O Sul de Minas, região onde se localiza a Universidade Federal de

Alfenas (Unifal-MG), tem sido o nosso laboratório imediato de estudo geográfico na última década, e as formas de uso do território dessas localidades têm chamado a nossa atenção, sobretudo o seu uso econômico.

Para se chegar aos resultados alcançados neste texto, foi realizada uma revisão de literatura e trabalho de campo em cidades pequenas localizadas sobretudo em Minas Gerais. Também foram visitados centros locais que integram a rede urbana dos estados da Bahia e das Alagoas.

Assim, entende-se que as cidades pequenas são objetos geográficos compostos de outros objetos que se relacionam através das relações humanas que delas emanam e lhes dão vida. São, portanto, parte do espaço geográfico, podendo essa totalidade em movimento ser entendida através de conceitos e categorias geográficas.

A paisagem, conceito que serve de porta de entrada para a análise empírica, expressa a sua complexidade visível, formada na sucessão dos momentos, integrando-se a uma configuração territorial maior. Essas complexidades são constituídas pelas diferentes formas de uso do território, conceito que nos auxilia a compreender quem usa, por que se usa e como se usa o território.

Nas diversas formas de uso, destacamos o uso feito pelo circuito inferior da economia urbana, especialmente no caso das feiras livres. Aí se configura uma forma de uso que não serve aos interesses de produção e consumo do grande capital moderno, mas atende aos interesses e necessidades dos habitantes locais. Constituem-se como território usado como abrigo, espaço banal de todos os homens e mulheres.

Sendo uma atividade econômica sobrevivente de outros tempos que ainda guarda as características de sua forma primitiva, as feiras livres podem ser vistas como rugosidades espaciais, formas criadas em outro período histórico e que, mesmo atendendo à sua função comercial, não correspondem às lógicas de consumo do mercado atual.

De uma maneira geral, considera-se o universo conceitual de Milton Santos como sua operacionalização, e a Geografia Nova por ele proposta permite interpretar diferentes objetos, ações e sujeitos que usam o território em diferentes escalas. Assim, o presente escrito pretende contribuir para a discussão e o aprimoramento de sua obra ao operacionalizar, criticar e atualizar os seus conceitos e teorias. Ademais, é oferecida uma possibilidade de análise geográfica das cidades pequenas dotada de uma estrutura conceitual sólida e capaz de evidenciar a realidade encoberta.

METODOLOGIA

A análise apresentada neste escrito resultou, sobretudo, de uma revisão de literatura em livros e artigos escritos por Milton Santos a partir da década de 1970. A essa etapa acrescenta-se o trabalho de campo ocorrido em cidades pequenas desde a pesquisa de mestrado de um dos autores, ocorrida nos anos 2000, até o presente momento. Na última década, visitas a cidades pequenas têm sido realizadas como parte de atividades práticas de disciplinas de graduação e execução de projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito de atividades curriculares vinculadas ao curso de graduação em Geografia da Unifal-MG.

Para conhecimento da realidade espacial das pequenas cidades visitadas, procedeu-se a uma observação da paisagem desses núcleos. Além disso, aplicaram-se questionários e realizaram-se entrevistas com seus moradores. Entre os espaços visitados e observados nessas cidades, as feiras livres ou o comércio de rua e seu entorno receberam atenção mais sistematizada. As cidades visitadas foram Areado, Fama, Paraguaçu, Poço Fundo e Silvanópolis (em Minas Gerais), Aracatu, Itarantim, Lençóis, Macarani, Maiquinique e Mucugê (na Bahia) e Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres (em Alagoas).

REFERENCIAL TEÓRICO

As cidades pequenas podem ser definidas como centros urbanos que possuem uma extensão menor que outros centros. Sua compreensão está relacionada com a urbanização da sociedade como um todo e elas se comunicam com outras localidades (SPOSITO & SILVA, 2013). Ainda de acordo com esses autores, esses núcleos urbanos se inserem na divisão territorial do trabalho, possuem uma relação mais intensa como o campo imediato, seu espaço urbano tende a ser mais conhecido pelos seus habitantes e é menos complexo e segmentado.

Essa breve definição das cidades pequenas é para a presente proposta e, considerando seu objetivo, suficiente para o exercício de operacionalização de conceitos. Como já mencionamos, as categorias/conceitos escolhidos para mediar a explicação desses núcleos são: *espaço geográfico, paisagem, configuração territorial, uso do território, formação socioespacial, rugosidades espaciais, verticalidades e horizontalidades* e a teoria dos *dois circuitos da economia urbana*.

Espaço geográfico, paisagem e configuração territorial

Um tema central na Geografia Renovada proposta por Milton Santos é o espaço geográfico, ou espaço social. Santos escreveu que, se uma ciência se define pelo seu objeto, nem sempre a definição realizada por essa disciplina levou em consideração esse objeto. Esse, segundo ele, é o caso da Geografia, que sempre deixou em segundo plano o espaço social, daí resultando um atraso teórico-metodológico e um isolamento da disciplina (SANTOS, 2004).

O debate sobre o objeto de estudo da Geografia aparece de forma mais sistematizada na obra do autor aqui em pauta a partir da década de 1970, que considera o espaço geográfico como “um fator da evolução social”, “uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a cultural-ideológica” (SANTOS, 2012, pp. 11-12). O espaço geográfico “é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 63).

Ainda segundo Santos (IDEM), no princípio havia coisas e hoje nos relacionamos com objetos. As coisas, dadas pela natureza, ao serem utilizadas pelos homens e mulheres, transformaram-se em objetos em função de intenções sociais que permeiam as relações entre sociedade e natureza. Essas intenções inscrevem-se no campo do conjunto de ações, integrante do espaço geográfico. A ação, para Santos (*ibidem*), “é a execução de um ato projetado e o sentido da ação é o correspondente do ato projetado” (p. 78). O autor destaca que a ação é subordinada a normas e que a ação para acontecer necessita de energia e da corporeidade do homem. Infere ainda que “as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem (e da mulher) e do lugar” (p. 80).

Os conceitos que formam o universo conceitual de Milton Santos não se opõem em termos explicativos da realidade. Nesse sentido, discutir o espaço geográfico como objeto de estudo da Geografia nos possibilita também chegar ao conceito de paisagem, sendo ela parte constituinte daquele. Para o geógrafo baiano, “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. (SANTOS, 1996, p. 61).

Ainda de acordo com Santos (2006), a paisagem é formada por um conjunto de elementos naturais e artificiais presentes numa determinada área. Esses elementos não naturais foram criados em momentos históricos diferentes e podem ter suas funções alteradas ao longo do tempo. Assim, “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais” (p. 107). Ou seja, o uso das formas espaciais pela sociedade é que possibilita que a paisagem se torne espaço geográfico.

“A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo” (p. 109).

Ainda sobre a paisagem, infere-se que ela é formada pelos elementos do espaço que nossa visão alcança; já a configuração territorial é também formada por objetos materiais, mas sua extensão vai muito além do que se vê. Ou seja, da configuração territorial a paisagem é um aspecto ou uma fração. Se a configuração territorial é formada pelos “sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais” (p. 62), e se ela tem uma existência material própria, o que a diferencia da paisagem é a escala. A paisagem pode ser observada, a configuração territorial não, pois abarca objetos dispostos a quilômetros de distância. Ambos, paisagem e configuração territorial, somente têm existência real, segundo Santos (2006), a partir das relações sociais. Ou seja, são as formas espaciais que integram a paisagem, que juntamente com o conteúdo e as ações sociais resulta no espaço geográfico, sinônimo de território usado.

Uso do território

Santos observa (1999, p. 18), que “O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado”. Segundo ele, a ideia de território usado pode ser mais adequada, pois o território é interpretado como algo em mudança e em processo. Ele é concebido a partir de seu conteúdo, de uma forma-conteúdo, e é concebido como o quadro da vida de todos os homens e mulheres em sua dimensão global, nacional, intermediária e local. Ainda segundo Santos (*idem*), o território estabelece a marca de união entre o passado e o futuro próximos, e deve ser considerado como campo de forças, como *locus* de práticas, de dialéticas e de contraposições entre relações verticais e horizontais entre o Estado e o mercado e entre os usos econômico e social da natureza.

Aceitar o território usado como categoria de análise, na visão de Milton Santos, implica considerá-lo como espaço geográfico, formado por sistemas de objetos e de ações e suas formas híbridas, as técnicas (SANTOS & SILVEIRA, 2006). Esses autores afirmam ainda que perguntas *como, onde, por quem, por quê e para quê* o território é usado são elucidativas para o entendimento do espaço geográfico e propõem “apreender a constituição do território, a partir dos seus usos, do seu movimento conjunto e do de suas partes, reconhecendo as respectivas complementaridades” (p. 11).



Esse percurso interpretativo da categoria *território usado* nos conduz a discutir a sua constituição de forma sistemática, e isso, sendo uma proposta de interpretação da realidade empiricizável, enriquecerá a teoria (*idem*, p. 20). O território usado, segundo Silveira (2011), é formado pelos sistemas de engenharia, pela agricultura, pela indústria, pelo meio construído urbano, pelas densidades demográficas e técnicas, mas também, pela imaterialidade, pelas ações, pelas normas, pelas leis, pela cultura, pelos movimentos da população e pelos fluxos de toda ordem nele se dão, incluindo ideias e dinheiro.

Formação socioespacial

A constatação de que o espaço é um produto social e histórico nos encaminha para a discussão da formação socioespacial. Se o espaço geográfico é um conjunto inseparável de sistemas de objetos e de ações, o uso desses objetos pela sociedade, por meio das práticas sociais, teve um início e foi se modificando ao longo do tempo. Nesse sentido, a categoria *formação socioespacial* impõe analisar o espaço em sua relação com o tempo e com os modos de produção desde os primórdios.

A Geografia considerou o espaço “mais como teatro das ações humanas”, e se interessou “mais pelas formas das coisas do que pela sua formação” (SANTOS, 1977, p. 81). Considerar a formação do espaço, dos objetos e das ações implica interpretar esse espaço (humano) como um fato histórico onde a consideração da história da sociedade mundial com e da história da sociedade local possibilitará a compreensão da realidade espacial e sua transformação pelo homem, pela mulher – enfim, pelos sujeitos históricos.

Dáí a proposição de Santos de tornar a categoria *formação socioespacial* mais adequada para a contribuição de uma teoria válida do espaço. Isso porque, a aceitação dessa categoria implica considerar uma sociedade dada que vive num determinado país. O interesse, segundo Santos (*idem*), pelas formações econômicas e sociais, logo pelas formações socioespaciais, permite “o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução” (*idem*, p. 84).

Desse modo, ainda conforme Santos (1977), os modos de produção se materializam numa “base territorial historicamente determinada” onde “as formações espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção” (p. 87). E, de forma mais ampla, a consideração da formação socioespacial como categoria vê o espaço geográfico como um todo estrutural que possui uma gênese, um desenvolvimento e uma formação (MACHADO, 2016).



Rugosidades espaciais

O conceito de rugosidades espaciais surge na obra miltoniana, ainda na década de 1970, como uma acumulação de tempos. Essa combinação de tempos se expressa na paisagem e no uso desta pela sociedade como combinação local de variáveis de tempos diferentes na conformação do espaço habitado. A chegada de variáveis novas ou renovadas que sobrevêm com a instalação de novos fluxos pode ser deformada pela ação de variáveis que ali já se haviam estabelecido; no entanto, um lugar pode “ficar a salvo da influência, em quantidade e qualidade diversas, de variáveis correspondentes a uma nova fase histórica” (SANTOS, 2004, p. 259).

A permanência dessa variável ou desse elemento, e sua função na sociedade em questão no período atual, é reflexo e condição da formação da divisão do trabalho em diferentes escalas. Esse trabalho humano pretérito, ou trabalho morto, não se perde, mas se acumula no espaço, condicionando o trabalho vivo. Assim, os que hoje usam determinado território o fazem na base territorial herdada de outros tempos que o condicionam.

Por isso Santos (2006) afirma:

O que, na paisagem atual, representa um tempo do passado nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (p. 140).

Assim, a rugosidade pode ser entendida, *grosso modo*, como formas de outros períodos históricos que tiveram suas funções alteradas para atender à estrutura atual. A forma, portanto, não se ajusta à sua função atual nem é fruto das necessidades da estrutura atual da qual ainda faz parte.

Verticalidades e horizontalidades

Esse par de conceitos é apresentado por Milton Santos em diversas obras. Em *Técnica, Espaço, Tempo* (2013) ele afirma que as horizontalidades e as verticalidades se criam paralelamente. As horizontalidades são as ações dos espaços contíguos, do cotidiano, que se

associam e se complementam apesar de suas diferenças em níveis de modernizações. As verticalidades, assim, seriam mais bem observadas nas redes, nos pontos-vértices, onde, mesmo distantes, diferentes espaços são integrados hierarquicamente.

Compreende-se então que os espaços que se associam pela contiguidade se dão em relações horizontais, realizam-se juntos, donde a necessidade de solidariedade, enquanto os pontos distantes, em redes, se integram por uma hierarquia de comandos. No mundo globalizado, ambos se realizam e se criam paralelamente.

Em *A Natureza do Espaço*, Santos (2006) assegura que agora os arranjos espaciais não se formam apenas por continuidades, como ocorria outrora, mas contiguidades e pontos descontínuos se misturam e se sobrepõem. O mesmo autor cita também o exemplo do funcionamento da economia global, em que a produção se realiza em horizontalidade, enquanto as demais etapas de distribuição e consumo se dão verticalmente, a partir de diferentes pontos articulados em redes. Assim, para Santos (*idem*), o espaço se compõe desses dois recortes, que se complementam.

Teoria dos dois circuitos da economia urbana

Em seus estudos sobre as cidades, especialmente as dos países subdesenvolvidos, Santos (2004) propõe que o funcionamento de sua economia seja dividido em dois circuitos, ligados um ao outro. Assim, na teoria dos Circuitos da Economia Urbana, ele afirma que há determinadas atividades ligadas diretamente aos países e atores centrais do sistema, ditos modernos, que acessaram primeiro as novas técnicas. Essas atividades formam o circuito superior, constituído especialmente por bancos, corporações, comércio e indústria de exportação. São atividades marcadas pelo uso do capital intensivo, atraindo assim o interesse dos Estados, que por vezes as servem e regulam o espaço ao seu favor.

Por terem acesso às novas tecnologias e ao crédito, elas utilizam pouca mão-de-obra, produzindo em maiores quantidades e tendo pouca relação direta com clientes e fornecedores. Além disso, fazem uso da publicidade e criam demandas. Porém esse circuito, por essas características, não atinge a todos, uma vez que as modernizações dos países centrais não chegaram nem do mesmo modo e nem ao mesmo tempo em todos os lugares.

Assim, especialmente nos países periféricos desse sistema, cria-se um circuito inferior da economia urbana que participa parcialmente do processo de modernização. Esse circuito, menos burocrático, se constitui como resistência e forma de sobrevivência e nem sempre é regulamentado. Sua marca é o trabalho intensivo, com pouco capital ou possibilidade de

crédito. Não induz demanda, mas a persegue, uma vez criada pelo circuito superior. Os lucros são pequenos no total, normalmente se destinando à subsistência e à reprodução da própria atividade econômica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já mencionado, consideramos que as cidades pequenas podem ser analisadas a partir da Geografia Renovada proposta por Santos como objeto geográfico que se relaciona com outros objetos dispostos numa determinada totalidade espacial. No entanto, não a privilegiamos nesta escala de análise, mas optamos por analisá-la a partir dos objetos que compõem sua tessitura material. Entre os objetos ou elementos que a integram podem ser selecionados objetos isolados ou famílias de objetos: políticos, como sedes dos poderes executivo, legislativo, judiciário e sindicatos ou outras organizações civis; culturais: igrejas, associações culturais, praças públicas, espaços destinados à realização de eventos de lazer; econômicos, unidades produtivas diversas, localizadas tanto nas sedes municipais quanto no campo; estabelecimentos comerciais diversos, entre os quais se inserem os pontos de vendas que compõem as feiras livres.

Esse conjunto de objetos pode ser analisado considerando-se os sujeitos que lhes dão funcionalidades e usam o território urbano ou da unidade municipal como um todo. Nesse campo há necessidade de identificar e discutir as relações horizontais e verticais construídas e em que medida elas são reflexo e condição do que ocorre no local, no regional, na formação socioespacial brasileira e no mundo. Ainda nesse quadro de análise, é possível identificar as formas de uso do território das pequenas cidades no que tange à qualidade e à alienação desse uso.

As frações do espaço geográfico onde moradores das pequenas cidades produzem a vida cotidiana são um fato constituinte dessa produção, que se dá por meio das diferentes formas daquele território. Assim como a economia, a cultura e a ideologia, o espaço geográfico é parte da formação social dessas localidades, sempre se considerando a sua relação com outros recortes espaciais próximos ou distantes dentro do país ou mesmo em outras formações socioespaciais.

Áreas de produção, de circulação, de consumo e de lazer, por exemplo, além dos elementos espaciais citados acima, vão condicionar a dinâmica social dessas localidades. Tais áreas são formadas por objetos geográficos, ora semelhantes, ora distintos, que vão, por meio dos sujeitos que os usam e, que, portanto, lhe dão vida, tornar cada cidade pequena preche de

particularidades, embora possuam dimensões do cotidiano e de práticas espaciais semelhantes, produzidas por objetos e situações geográficas também semelhantes.

Particularidades e semelhanças das pequenas cidades se expressam em suas paisagens, formadas por famílias diferentes de fixos geográficos que a visão alcança. A paisagem, em nossa análise, se firma como uma porta de entrada potente para o estudo do espaço geográfico em geral e do espaço desses núcleos urbanos em particular. As feiras livres, objetos que integram a configuração geográfica de mais de 25% dos municípios brasileiros, são, entre tantos outros, um fator de dinâmica espacial dos centros locais, por exemplo. As feiras, enquanto elemento do espaço, são também paisagem e espaço de consumo de alimentos de uso diário e de outros produtos que, enquanto atividade econômica, são também parte da instância cultural, ideológica e espacial das sociedades locais, aqui entendidas como a população que reside nas pequenas cidades.

Como já foi destacado anteriormente, para Santos (1999), a categoria de análise não é o território, mas o *território usado*. Em relação às pequenas cidades, uma análise que busque operacionalizar essa categoria pode considerar os usos pela sociedade local dos objetos acima listados: políticos (sedes dos poderes executivo, legislativo, judiciário, sindicatos e outras organizações civis), culturais (igrejas, associações culturais, praças públicas, espaços destinados a realização de eventos de lazer etc.), econômicos (unidades produtivas, mercados, supermercados, mercados tradicionais, feiras livres etc.), entre outros.

Assim, as pequenas cidades, os objetos e os sujeitos que os usam precisam ser considerados como parte de uma realidade em mudança, e de alguma maneira esses usos mostram a relação entre passado, presente e futuro. Há também de se considerar a maneira como esses usos, como parte do quadro de vida local, expressam a relação entre lugar, formação socioespacial e mundo e expressam contradições e conflitos diversos.

A operacionalização da categoria/conceito *território usado* pode ser realizada considerando-se diferentes objetos, instituições, sujeitos e suas intencionalidades presentes nas cidades pequenas. Entre esses objetos, abordamos aqui a organização das feiras livres. Elas podem ser estudadas nessa perspectiva do território usado – por exemplo, considerando as mudanças que nelas vêm ocorrendo, como elas expressam a relação entre passado e futuro, sobretudo considerando sua organização e as técnicas de venda utilizadas, sua resistência frente à expansão de mercados e supermercados nas localidades onde ocorrem, ou seja, os conflitos que se estabelecem entre elas e esses espaços modernos de venda, bem como sua forma e seu conteúdo. Soma-se a essa configuração propositiva de interpretar as feiras livres a

necessidade de conhecer *como, onde, por quem, por quê e para quê* as feiras livres são usadas nas cidades de pequeno porte.

As questões acima listadas, que nos auxiliam na operacionalização do conceito de *território usado* no período do meio técnico-científico-informacional, examinando as cidades pequenas e seus eventos, objetos, sujeitos e ações, podem ser respondidas considerando ainda os usos pretéritos do território em sua relação com os usos do período atual. Essa última perspectiva nos aproxima da explicação da realidade das cidades locais, destacando como elas se inserem dialeticamente na formação socioespacial brasileira desde as suas origens.

Dáí esses núcleos pequenos serem interpretados como produto histórico e social onde a formação dos objetos, das ações e dos sujeitos que a produzem são examinados em suas relações com o tempo e com os modos de produção particulares e hegemônico. Nesse sentido, há que se observar como o capitalismo, enquanto modo de produção hegemônico, se manifesta nesses centros locais e, de igual modo, na formação espacial brasileira como um todo.

Ao discutir as feiras livres como uma das possibilidades empíricas do estudo das cidades pequenas, como temos feito ao longo dos resultados e das discussões aqui em pauta, embora haja dezenas de possibilidades, argumenta-se que elas devem ser entendidas como produto histórico e social e que sua origem, transformações, permanência, resistência e fim, em algumas cidades, refletem diferentes dinâmicas em processo na formação socioespacial brasileira que são, em certa medida, respostas às mudanças produzidas no desenvolvimento do capitalismo.

Considerando a dimensão material das feiras, ou seja, sua forma, como uma permanência de um tipo de comércio que se origina em momento particular do avanço do capitalismo no Ocidente, ou seja, em formações socioespaciais europeias e latino-americanas, de alguma maneira elas nos remetem ao conceito de rugosidades espaciais. Embora ainda não seja possível afirmar que as feiras livres podem ser interpretadas em totalidade como tais, há nelas conteúdos que nos remetem a restos de uma divisão do trabalho passada.

As rugosidades espaciais constituem um trabalho humano pretérito ou morto que continua nas paisagens das cidades pequenas e que, de uma forma semelhante à inércia, condiciona a divisão do trabalho no período atual. Ou seja, são formas de outros períodos cujas funções foram alteradas, como, por exemplo, casas e casarões antigos e/ou mercados tradicionais que hoje têm funções culturais e/ou administrativas, ou mesmo um teatro ou cinema que no período atual exerce uma função religiosa. A operacionalização do conceito de rugosidades espaciais estabelece uma dimensão propositiva quando se estudam esses núcleos

urbanos, isso porque abre espaço para a sociedade civil local organizada demandar que esses objetos sejam registrados como patrimônios culturais materiais.

A organização da população das cidades locais objetivando preservar sua memória e sua história impressa em objetos espaciais criados em tempos idos se configura como um processo preñado de relações horizontais estabelecidas entre as pessoas que residem nessas localidades. Assim, as horizontalidades resultam de ações e intencionalidades em espaços contínuos repletas de solidariedades. Nesse sentido, enquanto as feiras livres das cidades pequenas são um bom retrato de um evento periódico e semanal marcado de horizontalidades, a ação do capital e de empresas e grupos estrangeiros em centros locais são bons exemplos da produção de verticalidades, uma vez que as relações se dão em rede e as decisões que regem parte da vida laboral local são tomadas a milhares de quilômetros.

Horizontalidades e verticalidades formam um par dialético. No período da globalização as relações presentes nessas ações podem ser estudadas isoladamente, mas não se dão separadas uma da outra, uma vez que é preciso explicar a realidade como um produto de diferentes, complexas e amplas interações.

Assim como horizontalidades e verticalidades estão imbricadas, os dois circuitos da economia urbana são interdependentes e se expressam nas paisagens e no espaço das pequenas cidades. De uma maneira simples, inferimos que as horizontalidades se estabelecem com maior força no circuito inferior da economia urbana e que as verticalidades estão mais presentes na dinâmica do circuito superior. Ambas, porém, podem ser identificadas nas cidades pequenas nas atividades de produção, de circulação e de consumo material e imaterial.

As feiras livres, a título de exemplo, podem ser identificadas como uma dimensão do circuito inferior da economia urbana das pequenas cidades, uma vez que apresentam a maior parte das características desse circuito, teoria criada por Santos na década de 1970. Essas características vão desde o trabalho intensivo, sem muitas tecnologias, até o uso do dinheiro líquido, a pouca burocracia, o emprego variável, com remuneração no limite ou abaixo do mínimo, normalmente ocupada pelos mais pobres e migrantes sem qualificação, o planejamento a curto prazo e as atividades voltadas para o sustento da família, e não para a geração de novas tecnologias produtivas, além de não se lançar mão de publicidades e estar subordinado às regras do mercado em vez de nelas influir, como fazem as empresas do circuito superior.

Feiras livres de distintas unidades da federação da formação socioespacial brasileira apresentam características do circuito inferior da economia em diferentes dimensões. Feiras

que ocorrem em cidades pequenas no Sudoeste Baiano e na Zona da Mata alagoana possuem uma estrutura mais arcaica, que se manifesta na organização dessas barracas, nos objetos utilizados para a venda de produtos.

Em feiras livres sul-mineiras, embora seja comum identificar uma padronização de barracas no tocante aos tipos de pontos de venda e em sua disposição espacial, cores das lonas, aspectos presentes, mas menos rígidos em feiras baianas e alagoanas, há outros elementos que as identificam como uma atividade que se insere no circuito inferior da economia urbana.

Elementos do circuito inferior da economia também se fazem presentes nas formas de estoque e comercialização dos produtos, nas relações criadas entre vendedor e consumidor, na origem do capital utilizado para investir na produção do que é comercializado, nas relações de trabalho estabelecidas entre donos de pontos de venda e demais vendedores, entre outros aspectos, características essas observadas nas feiras livres das pequenas cidades, objeto deste escrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço geográfico, defendido por Santos como objeto de estudo da ciência geográfica, foi definido por ele como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2006). Desse modo as pequenas cidades são parte dessa totalidade que é o espaço geográfico e podem ser interpretadas como uma realidade que não se produz isoladamente, mas em sua relação com o campo, com outras cidades e municípios da rede urbana à qual pertencem, bem como com outros recortes territoriais, como as unidades da federação, as macrorregiões, a formação socioespacial de que fazem parte e o mundo. Ainda segundo Santos (*idem*), essa definição de espaço geográfico permite reconhecer suas categorias analíticas internas, como paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, espaço produzido ou produtivo, rugosidades e formas-conteúdo, por exemplo.

Na perspectiva aqui elaborada, concebeu-se a realidade espacial das cidades pequenas a partir das interações entre os objetos que a compõem, sejam eles de uma mesma família ou de famílias diferentes. Além dessas relações, cabe identificar as formas, os conteúdos e as idades desses objetos. No caso da análise do conteúdo dos elementos espaciais (das funções), é provável que ele já esteja embutido ao se analisar como os agentes usam os objetos, pois discutir a função para a qual foram criados é explicar as suas características e os sujeitos ou

agentes que, por meio do trabalho e da ação, lhe dão vida. Ademais, a identificação das atividades, dos objetos e das ações, sejam eles produtivos ou não produtivos, permite identificá-los como expressão dos circuitos da economia urbana.

De maneira geral, considera-se o universo conceitual de Milton Santos, sua operacionalização e a Geografia Nova por ele proposta, como possibilidade conceitual e teórica e como um método rigoroso e emancipatório para interpretar diferentes objetos, ações e sujeitos que usam o território em diferentes escalas. Apresentamos neste escrito, com maior amplitude, uma das possibilidades a partir da territorialização das feiras nas cidades pequenas. Elas se inserem no circuito inferior da economia urbana, possuem elementos do espaço geográfico agrário e rural, ao mesmo tempo que incorporam práticas comuns em atividades comerciais inseridas no circuito superior da economia, como o uso de máquinas de cartão de crédito e de *pix*, por exemplo.

As feiras livres também são lugares que conectam cidades pequenas com comunidades rurais locais, mas também com localidades situadas a milhares de quilômetros, tanto por meio de venda de mercadorias quanto pelas formas de venda. Além de serem interpretados como dotadas de uma das dimensões das rugosidades espaciais, esses espaços de consumo podem ser interpretados como parte do espaço banal desses núcleos urbanos, preche de relações horizontais, e como território usado por cidadãos de diferentes origens socioeconômicas.

De uma forma geral, buscamos fazer uma proposição inicial acerca da contribuição de Milton Santos para o estudo das cidades pequenas. Os conceitos aqui visitados e operacionalizados a partir desses centros locais também podem ser utilizados na explicação das dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais das cidades médias e das metrópoles. Privilegiamos esses centros, ou seja, essas frações espaciais particulares do processo de urbanização porque não identificamos trabalhos que apresentem de forma mais sistematizada os conceitos aqui listados e a possibilidade de sua operacionalização.

Considera-se ainda que esses conceitos não divergem entre si e, como parte de um sistema de conceitos, possibilitam uma explicação totalizante da realidade, que sem dúvida é o que nos permite operacionalizá-los e atualizá-los. Daí a escolha das feiras livres, presentes em boa parte das cidades pequenas, como empiria e como materialidade que permitiu movimentar os conceitos aqui expostos. Outros conceitos poderiam também ser debatidos, como meio *técnico-científico-informacional*, *psicosfera*, *tecnosfera*, *lugar*, *técnica*, *espaço banal*, *forma*, *função*, *estrutura* ou *processo*, entre outros, mas eles serão discutidos oportunamente.

Por fim, releva destacar que não foi nosso objetivo apresentar de forma robusta o conceito de cidades pequenas, que desde a década de 1980 vem sendo atualizado por colegas competentes que têm se debruçado com afinco sobre o tema. Esses trabalhos revelam, sobretudo, que não é possível generalizar e simplificar o conceito desses núcleos urbanos, considerando a formação socioespacial brasileira e suas contradições, sua extensão e seu passado colonial e escravista.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. (Org.) **A interface rural-urbana nas cidades pequenas no sul de Minas Gerais**. Editora da AGB Alfenas: Alfenas – MG, 2023.

ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In SPOSITO, E.S; SPOSITO, M.E.B; SOBARZO, O. **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Editora Popular, 2006.

CONTEL, F. B. Milton Santos. In: SECCO, L. e PERICÁS, L. B. (Org.). **Intérpretes do Brasil. Clássicos, Rebeldes e Renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LEAL, L. **A Capitania de Minas Gerais no Período Colonial: Um Estudo a partir da Formação Socioespacial Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022. Disponível: <<https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1980>>. Acesso em 25 nov. 2023.

MACHADO, T. A. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil. **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, pp. 71-98, 2016.

MATOS, R. **Espacialidades em Rede: População, Urbanização e Migração no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 2005.

PORTO, G. C. S. **Configuração Socioespacial e Inserção das Feiras Livres de Itapetinga-BA e Arredores no Circuito Inferior da Economia**. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19361>>. Acesso em 15 nov. 2023.

_____. Espaço e economia: dimensões da atividade comercial em Alfenas-MG. In: FERREIRA, M. M.; VALE, A. R. **Dimensões Geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2018.

_____. Patrimonialização, território usado e processo de registro da feira livre de domingo de Alfenas (MG) como bem cultural imaterial do município. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 31, n. esp. 2, p. 187-202, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2021v31nesp2p187>>. Acesso em 25 nov. 2023.



SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, pp. 81-100, 1977.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996 [1988].

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, vol. XIII, n. 2, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].

_____. **Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2004 [1978].

_____. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009 [1993].

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Edusp, 2013 [1978].

_____. Contribuição ao estudo dos centros de cidades: o exemplo da cidade do Salvador. **Boletim Paulista de Geografia** (32), 17–30, 2017. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1243>

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SERPA, A. S. P. **Cidade Popular - Trama de Relações Sócio-Espaciais**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2007.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – A história de um livro. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011.

SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. **Cidades Pequenas. Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.